



**NEUROPSICOLOGIA NO TERRITÓRIO: Considerações após mais de duas décadas de Reforma Psiquiátrica no Brasil e reflexões acerca dos cuidados com os usuários**

**NEUROPSYCHOLOGY IN THE TERRITORY: Considerations after more than two decades of Psychiatric Reform in Brazil and reflections on user care**

“A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; Começo a suspeitar que é um continente.”

(ASSIS, MACHADO; O ALIENISTA, 1882)

MORAES, Andressa Amaral de<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como finalidade abordar as mudanças e desafios após mais de vinte e dois anos da criação da Lei 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental em todo o território brasileiro. A partir disso pensar nas adversidades encontradas pelas Neurociências neste contexto a fim de torná-la uma ciência mais inclusiva e com ações mais práticas. E refletir sobre a grande diversidade e grandiosidade do território brasileiro e os desafios para quem produz saúde nessa grande equipe. O método escolhido para trilhar o presente estudo é a pesquisa qualitativa por meio de uma revisão de literatura. Dada a escassez de produção científica nesse campo de saber, outra finalidade do presente artigo é incitar a comunidade científica a refletir e produzir mais conteúdos voltados ao necessário olhar social dentro da neuropsicologia.

**Palavras-chave:** Neuropsicologia; Saúde Mental; Psicologia.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to address the changes and challenges that have emerged more than twenty-two years after the creation of Law 10.216, which deals with the protection and rights of individuals with mental disorders and redirects the mental health care model throughout Brazil. Within this context, we aim to explore the adversities faced by Neuroscience, with the goal of making it a more inclusive science

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FISMA; Pós-graduada em Neurociências, Educação e Desenvolvimento Infantil pela PUCRS; Pós-graduanda em Neuropsicologia pela FASOUZA. E-mail: psicoandressa08@gmail.com

with practical applications. Moreover, we reflect on the vast diversity and size of the Brazilian territory and the challenges faced by those involved in healthcare within this extensive landscape. The chosen method for this study is qualitative research through a literature review, considering the scarcity of scientific production in this field of knowledge. Another aim of this article is to encourage the scientific community to reflect and generate more content focused on the necessary social perspective within neuropsychology.

**Keywords:** Neuropsychology; Mental Health; Psychology.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em discutir psicologia no Brasil, se faz necessário pensar no contexto social ao qual estamos inseridos. Partindo desta ideia, o presente artigo propõe-se a discutir as contribuições da Neuropsicologia nesse cenário: Brasil vinte e dois anos após a Lei 10.216/2001 que foi um divisor de águas quando se pensa em cuidado direcionado à Saúde Mental no nosso país. O principal objetivo da Reforma Psiquiátrica no Brasil foi propor a desinstitucionalização de pessoas, com intuito de promover a autonomia de quem está em sofrimento mental e/ou psíquico.

A crescente dos estudos das Neurociências, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, traz consigo a necessidade de dialogar sobre a humanidade presente e necessária quando pensamos nos cuidados voltados à saúde mental. Produzir saúde mental é mais do que as técnicas que nossa profissão. É também um ato político, levando em conta aspectos sociais, econômicos e culturais, pensados ainda mais na realidade brasileira. E com esse viés que o presente estudo visa pensar no cenário brasileiro para exercer a clínica da neuropsicologia.

O presente estudo, visa por meio de uma pesquisa qualitativa buscar os dados necessários para realizar uma revisão bibliográfica sistemática, visando desmistificar a forte associação do campo de estudos das Neurociências, em especial a Neuropsicologia, com a psiquiatria clássica que por muitos anos foi extremamente excludente e capacitista. A principal proposta deste estudo é fomentar discussões com a finalidade de que novos profissionais, seja da neuropsicologia ou teorias comportamentais, de questionar seus modos de produzir cuidado em saúde mental, com a finalidade da Reforma Psiquiátrica no nosso país: Promover inclusão. Sendo

---

NEUROPSICOLOGIA NO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES APÓS MAIS DE DUAS DÉCADAS DE REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL E REFLEXÕES ACERCA DOS CUIDADOS COM OS USUÁRIOS. AUTOR(A): MORAES, ANDRESSA AMARAL DE.

assim, a pergunta norteadora do presente estudo é: Como a Neuropsicologia poderá promover reflexões e inclusão no vasto campo da saúde mental?

O presente estudo, tem como objetivo fomentar discussões acerca da prática do profissional de Neuropsicologia diante do cenário social, cultural e econômico do nosso país; e a partir desse contexto, fazer reflexão após vinte e dois anos da Lei 10.216/2001 que marcou a luta antimanicomial no Brasil, sempre visando um cuidado humanizado voltado a população que precisa de cuidado no campo de Saúde Mental. Para que sejam sustentados os devidos argumentos para a validação do presente estudo, o método escolhido é a pesquisa científica. Dada a devida evidência, o presente estudo nomeia-se uma Pesquisa Qualitativa, ou seja, voltada a busca de publicações que inspirem e validem os problemas de pesquisa apresentados, sendo assim, a realização de uma revisão bibliográfica sistemática é uma boa maneira de apresentar os argumentos.

Sendo assim, serão utilizados artigos, livros e demais publicações que contemplem as palavras-chave: neurociências; reforma psiquiátrica; neuropsicologia na base dados do Scielo, Pepsic e Lilacs, bem como a plataforma Capes, optando por artigos em língua portuguesa. Também literaturas nas línguas espanhola, francesa e inglesa e que contemplem esses últimos vinte e dois anos de reforma psiquiátrica no Brasil. Também se optou por resgatar clássicos da área das neurociências que são atemporais, grande parte deles em livros físicos. A análise de documentos e manuais técnicos também se fez muito importante durante o percurso de construção do presente artigo. Isto é, o compromisso da pesquisa, vai além de compor artigos, levando a criticidade de produzir ciência.

Foram utilizados cerca de vinte materiais, para trazer contemporaneidade ao artigo, foram analisados artigos científicos e livros publicados e manuais publicados na última década. Porém para elucidar alguns conceitos que são muito conhecidos na área de pesquisa, foi necessário recorrer às literaturas clássicas de publicação anterior ao período supracitado. A importância disso é justamente desestabilizar o conhecido, fazendo com que surjam novos debates acerca do clássico.

## 2. MAS AFINAL, O QUE É A NEUROPSICOLOGIA?

O presente texto se propõe a reflexão acerca das neurociências, incluindo a neuropsicologia, e suas contribuições na produção de saúde mental no contexto pós-reforma psiquiátrica do Brasil; pensando nisso, se faz necessário algumas reflexões acerca da própria ciência aqui discutida: a Neuropsicologia. Atualmente conhecemos essa ciência como a qual descreve as etapas e processos do desenvolvimento das habilidades neurocognitivas, acompanhando o esperado para cada fase da vida humana, com atenção aos processos aquisitivos da infância. Visto isso, também é a ciência que visa compreender processos neurodegenerativos, bem como, as maneiras de reduzir riscos e sofrimentos provocados por esses processos e melhor conduzir esses casos. (Gounden *et al.*, 2017).

O profissional que atua com a Neuropsicologia tem uma vasta importância, pois atua na prevenção, avaliação e tratamento de patologias referentes ao sistema neurológico. Para Haase *et al.* (2012), a neuropsicologia é uma ciência multidisciplinar importante para compreender comportamento e cognição humana; avaliando construtos como memória, atenção, linguagem, percepção entre outras funções e seus impactos no próprio desenvolvimento humano e até mesmo no desenvolvimento e ocorrência de patologias neurodegenerativas.

Segundo Mader (1996), além de ser uma grande área contemporânea de estudo, o cérebro humano sempre foi alvo de curiosidade desde a antiguidade, compreender seu funcionamento e anatomia já ocupava lugar de destaque nas primeiras sociedades que se tem dados, como por exemplo, a sociedade egípcia. A preocupação com o social vinculado às neurociências, não é tão atual assim, o primeiro nome notável a pensar nisso foi Lev Vygotsky. Vygotsky (1991), pensava nas desordens das áreas psíquicas e mentais não apenas como sintomas explicados com bases fisiológicas, mas também como a relação dos seres humanos com o ambiente físico e social que os rodeiam.

Luria (2005), define a neuropsicologia como uma ciência que se dedica a estudar a expressão comportamental e suas disfunções, criando critérios e princípios

fundamentais acerca da cognição. Ainda recorrendo aos clássicos, Vygotsky (1991), pensa no desenvolvimento das crianças adquirindo um significado próprio em um sistema comportamental social, sendo o mundo apresentado à criança, nesse primeiro momento, por outra pessoa. Sendo essa estrutura complexa um produto do processo de desenvolvimento intrínseco à história individual e a história social. Sendo assim, se faz necessário resgatar essa Neuropsicologia que reconhece a influência dos contextos sociais e econômicos que permeiam o sujeito.

## **2.1 O QUE ESPERAR APÓS VINTE E DOIS ANOS DA LEI 10.216/2001**

Para compreender o modo como produzimos saúde atualmente no Brasil, se faz necessário recorrer à história brasileira e como construímos esse modelo de cuidado que é presente em nossa realidade atualmente. Em abril de do ano de 2001, foi sancionada a Lei 10.216, que ficou conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Que instituiu o modo de fornecer cuidados no campo da saúde mental para o sujeito em sofrimento psíquico. Até então havia uma grande discussão sobre como promover os devidos cuidados a essa população, a Reforma em si foi impulsionada por grandes movimentos de profissionais da área da saúde que buscavam dignidade no tratamento daqueles que sofriam em virtude dos transtornos, esse movimento teve como outros objetivos a inclusão desta população e o direito de ocupar os diferentes locais da nossa sociedade.

Um grande conceito surgiu na nossa sociedade: a desinstitucionalização. De acordo com Caplan (1980), esse termo surgiu juntamente com as propostas de reformulação do modo como eram realizadas as assistências psiquiátricas ainda no cenário pós-guerra em países ocidentais no hemisfério norte e trouxe medidas concretas de desospitalização. E seguiu esses princípios adequando-se à realidade brasileira, Pitta (1996), no Brasil a Reforma Psiquiátrica teve um grande intuito de promover a inclusão de pessoas que até então eram tratadas de forma higienista e restritas ao convívio social. Lancetti (2013), apontava a necessidade de ter um olhar especial, atento às diferenças: “Não necessitamos de esquizofrênicos pintores,

necessitamos de esquizofrênicos cidadãos. Não necessitamos que façam cinzeiros, necessitamos que exerçam a cidadania.”

Compreender o contexto da Luta Antimanicomial, expressa mais do que a forma que se espera dos profissionais da saúde, em especial da psicologia, isso mostra a reforma em uma esfera social, em linha gerais, não adiantam as novas leis, se não há uma mudança no modo como a sociedade toda encara o que é diferente e seus conceitos de intervenção e dignidade.

O conceito de desinstitucionalização abrange não somente a desconstrução do manicômio, mas também seus saberes e estratégias, mediante uma assistência pautada na noção de existência-sofrimento do paciente e sua relação com o corpo social. A complexidade desse conceito remete a um problema ético e de cidadania, enquanto noção básica do processo de reabilitação psicossocial. A ética surge como princípio norteador das ações de combate à exclusão, à violência e ao estigma do doente mental. (JORGE, *et al.*, 2006, p. 735).

Nas discussões acerca dos estigmas que permeiam aqueles que estão em sofrimento psíquico, vale a pena pensar que, historicamente, em nível mundial, ocorria a exclusão social e confinamento dessas pessoas que se perpetuaram ainda mais com as instituições, como os manicômios. Essas pessoas por muito tempo foram tratadas como “inúteis” na lógica de uma sociedade que admite como verdade absoluta o valor das pessoas com base no que elas são capazes de produzir e o lucro que podem gerar. Oliveira (2004), aborda o papel do trabalho na sociedade contemporânea e afirma que atualmente o trabalho é uma grande fonte de realização e cada vez mais as pessoas têm suas conquistas profissionais e subjetivas atreladas ao que produzem; e quando alguém destoa disso, ou se sente improdutivo há uma relação direta com o modo de produzir saúde mental, ou nesse caso, o sofrimento psíquico.

Vale a pena refletir também acerca do desmonte da Saúde Pública no Brasil dos últimos anos e como isso afetou a produção de cuidado no campo da Saúde Mental. Em 2019, o governo emitiu uma nota técnica que reforçou a criação de instituições psiquiátricas no país. Segundo Brasil (2019), a alteração de cuidados visava atingir crianças, adolescentes e adultos com transtornos mentais ou usuários

de drogas, por meio de tratamentos abolidos pela Reforma Psiquiátrica, exemplo disso, é a volta da internação, medida que antes era recorrida apenas em casos de urgências; métodos biológicos de tratamentos como a eletroconvulsoterapia e também a redução de investimentos no campo de Redução de Danos.

Após a emissão da nota técnica, a política de álcool e drogas passou a não ser um interesse da pasta do Ministério da Saúde e sim do Ministério da Cidadania. O impacto disso é que usuários passam a não ter direitos de tratamentos com o viés de produzir saúde e sim em sentido de punições e o tratamento passa a ser mais desumano e com resultados duvidosos.

## **2.2 A CONTRIBUIÇÃO DAS NEUROCIÊNCIAS PARA A PRODUÇÃO DE SAÚDE MENTAL**

Para pensar no papel das Neurociências na produção de saúde mental no Brasil, se faz necessário fazer um exercício de compreender o papel da própria psicologia após a Reforma Psiquiátrica, que ocorreu no início dos anos 2000. Para Delgado (2019), no cenário brasileiro em um período anterior à Reforma Psiquiátrica, a assistência fornecida a quem precisava era basicamente a internação psiquiátrica, em um modelo biomédico, configurando o que o autor chama de “indústria da loucura”. Esse modelo existiu por muito tempo e teve amplo e total apoio por grande parte dos profissionais da psicologia. Então a partir dos anos 80, os psicólogos e demais profissionais que prestavam esse cuidado à saúde mental começaram um movimento de pensar uma psicologia mais inclusiva e que promovesse a autonomia de seus usuários.

As Neurociências são um campo muito amplo, englobando as grandes áreas: a neurociência molecular, celular, sistêmica, comportamental e cognitiva. Uma delas é a Neuropsicologia, segundo Riechi e Romanelli (1996), essa área do conhecimento tem como objetivo promover a relação entre os processos mentais e o sistema neurofuncional, relacionados com a aprendizagem e com a elaboração de diagnósticos contando com modernas propostas de intervenção. Tendo em vista a

importância dessa abordagem, é necessário o movimento de pensá-la de um modo contemporâneo e adequada ao nosso contexto, sendo assim, ao relacionar esse fértil campo de estudos e suas aplicações práticas em maneiras de promover os ideais da reforma Psiquiátrica Brasileira. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, ABP (2006), é necessário compreender as bases biológicas por trás do sofrimento mental, por isso a importância dos estudos de subáreas das Neurociências, além do mais, compreender bases estruturais e imagens funcionais do Sistema Nervoso tendem a resultar modos benéficos de promover cuidado em Saúde Mental.

Os avanços nas pesquisas em neurociências são importantes para o conhecimento de aspectos fundamentais dos transtornos mentais e tem avançado rapidamente. Entretanto, a afirmação acima, defendida como um princípio contém problemas que necessitam ser explicitados, pois, caso contrário, corremos o risco de começarmos a fazer afirmações ideológicas, chamando-as inapropriadamente de científicas. (GAMA, 2012, p. 1406).

Isso tudo demonstra a importância que a Neuropsicologia possui para promover a saúde mental no contexto ao qual estamos inseridos e para além disso tudo: trilhar novos caminhos que a neuropsicologia pode ocupar e para isso muitos outros desafios que estão por vir. Como supracitado, as pesquisas em Neurociências são importantes, mas devem levar em conta sua finalidade: produzir saúde mental, essa missão vai além de produzir diagnósticos, mas sim a finalidade social do diagnóstico e a busca por tratamentos adequados e, sobretudo, que visem a inclusão e autonomia daquelas pessoas que precisam de cuidado.

Alguns teóricos, utilizam o termo “Neurociência Social”, que utiliza a combinação de disciplinas da psiquiatria, das neurociências e da psicologia, visando assim criar uma ciência que tenha o rigor dos conteúdos das neurociências, mas levando em conta os modos de produzir singularidade e o reconhecimento do social que a psicologia aborda. Schutt *et al.* (2015), pensa na Neurociência Social como um campo interdisciplinar que compreende o ser humano em seus processos biológicos e comportamentais e como estes afetam o coletivo e a sociedade em si.

### 2.3 COMO A NEUROPSICOLOGIA PODE CONTRIBUIR DAQUI PARA FRENTE?

A importância da neuropsicologia para a produção de saúde mental, é algo indiscutível, mas como podemos torná-la uma ciência mais inclusiva, que abranja mais o contexto social e perca o status de “ciência rotuladora”, aquela que coloca tudo em caixas. Para isso é necessário que a neuropsicologia produza mais do que apenas diagnósticos, mas também demonstre como lidar com eles e promova a real inclusão. Para Lacerda (2021), é necessário esse diálogo interdisciplinar entre o social e a neurociência, levando em conta o que ele chama de “biossocial”; chegando ao conceito relativamente novo de “Cérebro Social”.

Spink (2008), aborda o tema do “cérebro social” como modo de deixar mais visual a influência do contexto social no comportamento, nessa teoria, ela aborda o cérebro como social ou como formatado socialmente de um ponto de vista. Expandindo assim as teorias de que o cérebro, como construto físico, é altamente influenciado pelo contexto social ao qual está inserido, pensando assim, podemos correlacionar neuropatologias com o ambiente no qual o sujeito está inserido. Podemos ver essa abordagem em grandes guias como, por exemplo, o DSM-5 (2014), que é o maior Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, redigido pela Associação Americana de Psiquiatria: em seu catálogo além de citar características para fechamento de diagnósticos e seus diferenciais, em inúmeras situações podemos observar o fator “ambiente” influenciando nas desordens nos campos mentais e psicológicos, na edição traduzida do manual, podemos observar essa influência no campo: “Características Associadas que Apoiam o Diagnóstico”.

Para enfatizar a importância da influência entre a neuropsicologia e o social, vamos recorrer a um clássico: Vygotsky, Luria e A Leontiev (1988), que afirmava que nas bases da neuropsicologia estão inseridas na ótica transcultural e, sendo assim, os padrões cognitivos podem ser influenciados direta ou indiretamente por variáveis relativas às tradições e costumes culturais, o que ele chama de *habitat* e vincula também aos níveis de educação disponíveis e estes estão ligados aos status econômicos e sociais.

Para Costa (2022), existem períodos que são cruciais para o desenvolvimento de funções cognitivas, exemplo da infância, a neurociência tem sua atuação além de compreender essa fase específica, sendo abrangente a todas as fases do desenvolvimento humano. É importante essa compreensão para que os profissionais consigam refletir acerca do ser humano como um todo e tendo a melhor execução de suas funções no decorrer de toda a vida.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão aprofundada do tema apresentado necessita de um olhar especial e muito cuidado ao ser abordado, afinal todas as discussões acerca de “Saúde Mental” merecem respeito ao serem tratadas. As evidências coletadas para a construção do presente artigo enfatizam a escassez da abordagem desta temática nas literaturas nacionais, mostrando que há muito trabalho pela frente para desmistificar a Neuropsicologia e torná-la mais inclusiva.

Ao longo deste estudo, demonstramos de forma consistente que não é possível exercer a neuropsicologia apenas a fim de produzir diagnósticos, que nenhuma pessoa é apenas sua patologia, devemos pensar em como incluí-las na sociedade visando suas qualidades de vida longe de estigmas e preconceitos. Nada melhor do que a ciência para abandonar os rótulos, ressignificá-los e tornar a psicologia uma ciência de integração social.

Este estudo representa apenas o primeiro passo para entendermos o papel fundamental que as neurociências exercem na produção de saúde mental. Que sirva como incentivo não apenas aos profissionais da psicologia, mas como ferramenta de reflexão de equipes multidisciplinares que realizam o incrível trabalho de produzir saúde mental, singularidade e pertencimento aos territórios que ali estão inseridos. E após mais de duas décadas de Reforma Psiquiátrica no Brasil ainda têm como desafio livrar-se das amarras da lógica manicomial.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Diretrizes Para Um Modelo de Assistência Integral em Saúde Mental no Brasil Rio de Janeiro: ABP, 2006. Disponível em [http://www.abpbrasil.org.br/diretrizes\\_final.pdf](http://www.abpbrasil.org.br/diretrizes_final.pdf) Acesso em: 12 de junho de 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Lei 10.216**. 01. ed. Brasília, DF, BRASIL: Diário Oficial da União, 06 abr. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 20 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Nota Técnica 11/2019. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. 2019. Disponível em: [processo-25000021223201950](https://processo-25000021223201950) (pbpd.org.br) Acesso em: 07 ago. 2023.

CAPLAN, Gerald. **Princípios de Psiquiatria Preventiva**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1980. (Psyche).

COSTA, Raquel Lima Silva. Neurociência e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 28, n. 01, p. 01-22, 03 ago. 2022. Mensal. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZPmWbM6n7JN5vbfj8hfbyfK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 2, p. 01-04, maio 2019. Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zV7FgHGZww6WWRfgsDK7bkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2023.

GAMA, Jairo Roberto de Almeida. A reforma psiquiátrica e seus críticos: considerações sobre a noção de doença mental e seus efeitos assistenciais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 1397-1417, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312012000400008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/3pZzCqRdHw9xRb3xgMpvRZB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 maio 2023.

GOUNDEN, Yannick *et al.* Dynamic and Functional Approach to Human Memory in the Brain:: a clinical neuropsychological perspective. **Frontiers In Psychology**: Sec. Cognition, Amiens, France, v. 8, n. 668, p. 01-05, 04 maio 2017. Mensal. Disponível

em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.00688/full>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HAASE, Vitor Geraldi *et al.* Neuropsicologia como ciência interdisciplinar: consenso da comunidade brasileira de pesquisadores/clínicos em neuropsicologia. **Neuropsicologia Latinoamericana**, Belo Horizonte, Mg, v. 04, n. 04, p. 1-8, 23 dez. 2012. Especial. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnl/v4n4/v4n4a01.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023.

JORGE, M S B; RANDEMARK, N F R; QUEIROZ, M V O; RUIZ, E M. Reabilitação Psicossocial: visão da equipe de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 59, n. 6, p. 734-739, dez. 2006. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NnCG4Br5QJPdwkijwDbQMwtk/?lang=pt#>. Acesso em: 07 mai. 2023.

LACERDA, André Luís Ribeiro. Sob o Espectro da Neurociência: a neuro sociologia, a psicologia social e as abordagens biossociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Cuiabá, Mt, v. 41, n. 41, p. 1-13, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8J3NLv6LNh3xSypkNC88jGR/?format=pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LANCETTI, Antonio *et al.* **Saúde Loucura: saúde mental e saúde da família**. 2. ed. São Paulo, Sp: Hucitec, 2013. 224 p.

LURIA, A.R. *et al.* **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo, Sp: Instituto de Biomédicas e da Faculdade de Educação da Usp., 1988. 233 p.

MÄDER, Maria Joana. Avaliação neuropsicológica: aspectos históricos e situação atual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, Df, v. 16, n. 3, p. 12-18, dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/3HbDmGVsn6WbXFVgFNX3JpQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

OLIVEIRA, Cristina Borges de. SOBRE LAZER, TEMPO E TRABALHO NA SOCIEDADE DE CONSUMO. **Conexões**, Campinas, v. 02, n. 01, p. 20-33, jun. 2004. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos2/21-\\_sobre\\_lazer\\_tempo\\_e\\_trabalho\\_na\\_sociedade\\_de\\_consumo.pdf](https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos2/21-_sobre_lazer_tempo_e_trabalho_na_sociedade_de_consumo.pdf). Acesso em: 07 maio 2023.

PITTA, Ana Maria Fernandes. **O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje?** São Paulo, Sp: Hucitec, 2001. 158 p.

RIECHI, Tatiana I. J. de Sá; ROMANELLI, Egídio José. A importância da neuropsicologia para a educação. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 12, p. 14-145, dez. 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/NnCG4Br5QJPdwkjdDbQMwtk/?lang=pt#>. Acesso em: 07 de maio 2023.

SCHUTT, Russell K.; SEIDMAN, Larry J.; KESHAVAN, Matcheri S.. **Social Neuroscience**: brain, mind, and society. Cambridge, Eua: Harvard University Press, 2015. 448 p. Disponível em: <https://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674728974>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 15, p. 70-77, jan. 2008. Especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBgkxxHPjrDvJHXJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

VYGOTSKY, L.. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo, Sp: Livraria Martins Fontes, 1991. 224 p.

VYGOTSKY, L.; LURIA, A.; A LEONTIEV, N.. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem Ícone**. 9. ed. São Paulo, Sp: Ícone, 1988. 288 p. (Educação Crítica). Coleção Educação crítica.